


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de Araraquara
FORO DE ARARAQUARA
6ª VARA CÍVEL

RUA DOS LIBANESES, 1998, ARARAQUARA - SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1017161-02.2017.8.26.0037**
Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Locação de Imóvel**
Requerente: **Jose Ludovico Parra**
Requerido: **Fabiano Celso de Freitas**

Juiz de Direito: Dr. **João Roberto Casali da Silva**

Vistos.

-

Trata-se de **AÇÃO DE RESTITUIÇÃO DE QUANTIA CERTA** ajuizada por **JOSE LUDOVICO PARRA** contra **FABIANO CELSO DE FREITAS**, sob o fundamento de que as partes firmaram contrato de locação. Sustentou o autor que a procuradora do requerido enviou boleto para pagamento do aluguel com um valor abusivo. Desta forma, pugnou pela procedência da ação e consequente rejeição do aumento arbitrário estipulado pela procuradora do requerido.

Devidamente citado (pág. 156), o requerido apresentou contestação rebatendo as alegações iniciais (págs. 157/169).

As partes informaram que entabularam acordo, pugnando pela sua homologação (págs. 198/199).

É o breve relatório.
DECIDO.

Homologo, por sentença, para que produza seus regulares efeitos, o acordo a que chegaram as partes, bem como a desistência do prazo recursal (págs. 198/199) e, em consequência, julgo extinto o processo, com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, inciso III, "b", do Código de Processo Civil. Homologo a renúncia ao prazo recursal. Certifique-se o trânsito em julgado e expeça-se a certidão de honorários (pág.199). Não há custas em aberto vez que os litigantes são beneficiários da justiça gratuita. Após, arquivem-se.

P.R.I.

Araraquara, 05 de dezembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA.**